

# ENSINO DE HISTÓRIA, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



Organizadores:

ANGELO PRIORI  
ANA LÚCIA DA SILVA  
CAMILLA SAMIRA DE SIMONI BOLONHEZI



BRAZIL PUBLISHING



BRAZIL PUBLISHING

### Conselho Editorial Internacional

<b>Presidente:</b> Professor Doutor Rodrigo Horochovski	(UFPR – Brasil)
Professora Doutora Anita Leocadia Prestes	(ILCP – Brasil)
Professora Doutora Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN – Colômbia)
Professora Doutora Fabiana Queiroz	(Ufla – Brasil)
Professora Doutora Hsin-Ying Li	(NTU – China)
Professor Doutor Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS – Brasil)
Professor Doutor José Antonio González Lavat	(UH – Cuba)
Professor Doutor José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB – Brasil)
Professora Doutora Marília Murata	(UFPR – Brasil)
Professor Doutor Milton Luiz Horn Vieira	(Ufsc – Brasil)
Professor Doutor Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UÉ – Portugal)



### Comitê Científico da área Ciências Humanas

<b>Presidente:</b> Professor Doutor Fabrício R. L. Tomio	(UFPR – Sociologia)
Professor Doutor Nilo Ribeiro Júnior	(Faje – Filosofia)
Professor Doutor Renee Volpato Viaro	(PUC/PR – Psicologia)
Professor Doutor Daniel Delgado Queissada	(Ages – Serviço Social)
Professor Doutor Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	(Ufba – Sociologia)
Professora Doutora Marlene Tamanini	(UFPR – Sociologia)
Professora Doutora Luciana Ferreira	(UFPR – Geografia)
Professora Doutora Marlucy Alves Paraíso	(UFMG – Educação)
Professor Doutor Cezar Honorato	(UFF – História)
Professor Doutor Clóvis Ecco	(PUC/GO – Ciências da Religião)
Professor Doutor Fauston Negreiros	(UFPI – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies	(UCPel – Sociologia)
Professor Doutor Mario Jorge da Motta Bastos	(UFF – História)
Professor Doutor Israel Kujawa	(Imed – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Fernando Saraiva	(UFF – História)
Professora Doutora Maristela Walker	(UTFPR – Educação)
Professora Doutora Maria Paula Prates Machado	(Ufcsa – Antropologia Social)
Professor Doutor Francisco José Figueiredo Coelho	(UFRJ – Ensino de Biociências e Saúde)
Professora Doutora Maria de Lourdes Silva	(UERJ – História)
Professora Ivonete Barreto de Amorim	(Uneb – Educação, Formação de Professor e Família)
Professor César Costa Vitorino	(Uneb – Educação/Linguística)
Professor Marcelo Máximo Purificação	(Uneb – Educação, Religião, Matemática e Tecnologia)
Professora Elisângela Maura Catarino	(Unifimes – Educação/Religião)
Professora Sandra Célia Coelho G. da Silva	(Uneb – Sociologia, Gênero, Religião, Saúde, Família e Internacionalização)

Angelo Priori  
Ana Lúcia da Silva  
Camilla Samira de Simoni Bolonhezi  
(Orgs.).

# **ENSINO DE HISTÓRIA, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**



© **Brazil Publishing Autores e Editores Associados**

Rua Padre Germano Mayer, 407  
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270  
+55 (41) 3022-6005



**Associação Brasileira de Editores Científicos**

Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75  
Botucatu, SP - 18603-550  
+55 (14) 3815-5095



**Associação Brasileira de Normas Técnicas**

Av. Treze de Maio, 13, 28º andar  
Centro - RJ - 20031-901  
+55 (21) 3974.2324



**Câmara Brasileira do Livro**

Rua Cristiano Viana, 91  
Pinheiros - SP - 05411-000  
+ 55 (11) 3069-1300

### Comitê Editorial

**Editora-Chefe:** Sandra Heck

**Editor Superintendente:** Valdemir Paiva

**Editora Científica:** Kelly Miranda

**Editor Coordenador:** Everson Ciriaco

**Diagramação e Projeto Gráfico:** Samuel Hugo e Brenner Silva

**Arte da Capa:** Paula Zettel

**Revisão de Texto:** Os autores

**DOI:** 10.31012/978-65-5861-305-3

**Angelo Priori - ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9155-5428>

**Ana Lúcia da Silva - ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9936-1548>

**Camilla Samira de Simoni Bolonhezi - ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0794-3346>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

E59 Ensino de História, diversidade e Educação antirracista  
/ organização de Angelo Priori, Ana Lúcia da Silva, Camilla Samira de Simoni Bolonhezi – 1.ed. -  
Curitiba: Brazil Publishing, 2020.  
[recurso eletrônico]

Vários colaboradores  
ISBN 978-65-5861-305-3

1. História – Estudo e ensino. 2. Educação antirracista. 3. Diversidade. I. Silva, Ana Lúcia  
(org.). II. Priori, Angelo (org.). III. Bolonhezi, Camilla Samira de Simoni (org.).

CDD 907 (22.ed)

CDU 373.02:9



[1ª edição – Ano 2020]

[www.aeditora.com.br](http://www.aeditora.com.br)

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - ENSINO DE HISTÓRIA, DIVERSIDADE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL . . . . .	7
<i>Angelo Priori, Ana Lúcia da Silva, Camilla Samira de Simoni Bolonhezi</i>	
IMAGENS E O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A APRENDIZAGEM ANTIRRACISTA . . . . .	21
<i>Luciana de Fátima Marinho Evangelista, Isabel Cristina Rodrigues</i>	
ANÁLISE CURRICULAR DA LEI Nº 11.645/2008 NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL TÂNIA VARELLA FERREIRA/MARINGÁ. . . . .	43
<i>Fábio de Oliveira Cardoso, Isabel Cristina Rodrigues</i>	
LEI 10.639/03 E AS DISPUTAS DE MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA ESCOLAR . . . . .	69
<i>Eloá Lamin da Gama</i>	
O MOVIMENTO SOCIAL <i>BLACK LIVES MATTER</i> NOS EUA E NO BRASIL: DA VIOLÊNCIA RACIAL E POLICIAL AO GENOCÍDIO DO POVO NEGRO . . . . .	89
<i>Ana Lúcia da Silva, Angelo Priori</i>	
A HISTÓRIA DO POVO NEGRO NO ESPAÇO PÚBLICO: A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES EM MARINGÁ - PARANÁ. . . . .	126
<i>Leandro Brunelo, Karla Maria da Silva</i>	
CHICA DA SILVA E TEREZA DE BENGUELA: REPRESENTAÇÕES SOBRE MULHERES NEGRAS NO ENSINO APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA . . . . .	151
<i>Clícea Maria Miranda, Idalina M. Almeida de Freitas, Maria Cláudia Cardoso Ferreira</i>	
ENSINO DE HISTÓRIA, GÊNERO E DECOLONIALIDADE: ANTIPRINCESAS E UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMÉRICA LATINA . . . . .	172
<i>Andressa Ferreira, Jean Carlos Moreno</i>	
HISTÓRIA EM REVISTA: AS NARRATIVAS DE SELEÇÕES DO <i>READER'S DIGEST</i> (1942-1949) E AS PROBLEMÁTICAS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO ENSINO DE HISTÓRIA . . . . .	193
<i>Sidney de Melo Catelão, Jorge Pagliarini Junior</i>	
ESCRITA DE TEMÁTICAS NEGRAS: HISTÓRIA, PSIQUISMO E PÓS-ABOLIÇÃO. . . . .	215
<i>Juarez Clementino da Silva Jr.</i>	
AGÊNCIA DE PROFESSORES NEGROS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DO PÓS-ABOLIÇÃO . . . . .	239
<i>Lavini Beatriz Vieira de Castro</i>	
CULTURA HISTÓRICA DE ESTUDANTES BRANCOS APÓS A ESCUTA DA HISTÓRIA DE VIDA DE PROFISSIONAIS NEGROS: UM PROJETO ANTIRRACISTA . . . . .	265
<i>Méris Nelita Fauth Bertin, Luis Fernando Cerri</i>	

AS RELAÇÕES RACIAIS NOS SABERES DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO SERTÃO ALAGOANO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA . . . . .	288
<i>Gustavo Manoel da Silva Gomes</i>	
“MEU PROFESSOR DE HISTÓRIA MENTIU PRA MIM”: ESCRAVIDÃO E RACISMO NA HISTÓRIA PÚBLICA . . . . .	317
<i>Márcia Elisa Teté Ramos</i>	
O SUBPROJETO PIBID HISTÓRIA/UENP: ENSAIOS E NARRATIVAS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA . . . . .	342
<i>Geane Kantovitz</i>	
A CONDIÇÃO DA CRIANÇA NEGRA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1889) . . . . .	361
<i>Gislaine Gonçalves, Teresa Kazuko Teruya</i>	
AFROBETIZAÇÃO: OS PROCESSOS E SIGNIFICADOS DA LEITURA PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS . . . . .	385
<i>Camilla Samira de Simoni Bolonhezi, Gabriela da Silva Sachelli</i>	
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL: O “AMOR NÃO TEM COR”?, A IDENTIDADE PRETENDIDA . . . . .	406
<i>Érica Antonia Caetano, Ana Lúcia da Silva</i>	
“EXÚ NAS ESCOLAS”: DIVERSIDADE RELIGIOSA E ANTIRRACISMO. . . . .	436
<i>Vanda Fortuna Serafim, Laís Azevedo Fialho</i>	
NARRATIVA HAITIANA E OUTRAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM OLHAR DECOLONIAL PARA A HISTÓRIA DO BRASIL. . . . .	458
<i>Giovani Giroto, Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, Eliane Rose Maio</i>	
ÍNDICE REMISSIVO . . . . .	478
SOBRE OS ORGANIZADORES . . . . .	480

# “MEU PROFESSOR DE HISTÓRIA MENTIU PRA MIM”: ESCRavidÃO E RACISMO NA HISTÓRIA PÚBLICA

Márcia Elisa Teté Ramos<sup>1</sup>

**Resumo:** Objetivo analisar o *blog* e a página do *Facebook* intitulados “Meu Professor de História Mentiu pra Mim”, destacando os temas “escravidão” e “racismo”, o que entendo como “história sobrecarregada”. Para falar dos usos do passado e/ou da História emprego a netnografia agrupando as concepções mais recorrentes e arremato considerando que o revisionismo histórico não-científico prevalece nestes dois ambientes virtuais e representam ideias que circulam na História Pública.

**Palavras-chave:** Racismo; História Pública; Netnografia; Revisionismo; História sobrecarregada.

**Abstract:** Objective to analyze the blog and Facebook page entitled “My History Teacher Lied to Me”, highlighting the themes “slavery” and “racism”, which I understand as “overloaded history”. To speak of the uses of the past and / or of history, employment and netnography, grouping as the most recurring conceptions and concluding considering that non-scientific historical revisionism prevails two virtual environments and represent ideas that circulate in Public History.

**Keywords:** Racism; Public History; Netnography; Revisionism; Burdening history

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Estadual de Maringá, curso de graduação em História e Mestrado Profissional em Ensino de História.

## Introdução

Dilton Cândido Santos Maynard (2013) argumenta que os grupos de extrema-direita foram os pioneiros da *web* ao expressarem/difundirem suas ideias, o que acabou reforçando esta perspectiva política em vários países do mundo, incluindo o Brasil. Ao analisar grupos extremistas da América do Sul, o autor prioriza o provedor argentino “*Ciudad Libertad de Opinión*”, criado em 1999, um dos maiores hospedeiros sul-americanos de páginas de extrema-direita de vários grupos neonazistas, xenófobos e racistas, que justificavam suas ideias pela liberdade de expressão. Esta é a contradição do mundo digital: ao mesmo tempo em que pode servir como veículo de informação, artigos, *lives*, eventos, documentários, ou na plataforma do *Facebook*, promover a socialização, a amizade, o intercâmbio de ideias ou mesmo os movimentos sociais, pode também reforçar ideias baseadas no preconceito, intolerância e estereótipos, ou mesmo, segundo Montesinos (2007), infligir a pedagogia do ódio.

O interesse por estudar o ambiente virtual se dá pelo fato de entender que este vem se tornando cada vez mais o lugar onde se reproduz noções sobre política, economia, cultura, História etc. Cumpre apreender quais ideias históricas se tornam circulantes nestes espaços e para este texto, opto pela mídia digital, o *blog*<sup>2</sup> e a página do *Facebook*<sup>3</sup> sob o homônimo “Meu professor de História mentiu pra mim”. No *blog*, publicado até 2015, são 3.370 seguidores e no *Facebook*, 26.716 seguidores. A página do *Facebook* foi *hakeada*<sup>4</sup>, cancelada e repostada diversas vezes, apresentando alguns lapsos de tempo em que não percebemos publicações, de 19 de agosto de 2015 a 5 de novembro de 2018, por exemplo, quando voltou a ser publicada até 02 de julho de 2019.

---

2 Disponível em <http://meuprofessordehistoriamentiupramim.blogspot.com/> Acesso em 21 de setembro de 2020.

3 Disponível em [https://www.facebook.com/mpdhmpm/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/mpdhmpm/?ref=page_internal) Acesso em 21 de setembro de 2020.

4 Modificação de aspectos mais internos de dispositivos, páginas, programas e redes de computadores.

Atualmente conta com uma página de oposição criada por um grupo da esquerda com a mesma denominação<sup>5</sup>, onde se ironiza o reacionarismo da página original. O *blog* e a página do *Face* são paralelos, ou seja, seu administrador costuma tratar de forma mais extensa no *blog* sobre as postagens e comentários do *Face*<sup>6</sup>.

O presente texto é subdividido em uma explicação sobre a “história sobrecarregada” atrelada ao revisionismo histórico conservador, reacionário e não-científico e posteriormente analiso minhas fontes quanto às noções sobre História presentes nestes dois espaços digitais, destacando a questão do racismo associado ao tema da escravidão. Vale ressaltar que não é meu objetivo contrapor as ideias históricas referentes a tais temas com uma bibliografia especializada<sup>7</sup>, mas entender como estes discursos revisionistas funcionam em termos de estratégias, em especial: a derrisão, a “ponta do iceberg” e o *Whataboutism*.

Acredito que estes sejam temas da chamada “história sobrecarregada”, bastante repetidos de forma problemática na História Pública, especialmente por *best sellers* que divulgam o referido revisionismo. Em outras palavras, as ideias deste *blog* e da página do *Facebook*, apresen-

---

5 Disponível em <https://www.facebook.com/pages/category/Community/Meu-professor-de-Hist%C3%B3ria-mentiu-para-mim-453502911416721/> Acesso em 21 de setembro de 2020.

6 Considero que há um administrador apenas, pela narrativa na primeira pessoa.

7 Empresto do professor Aldair Rodrigues (2018), as indicações de bibliografia especializada sobre o assunto em “*Fake History*, negacionismo, “revisionismo” conservador e criminalização do professor de História” de 2018 LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma História de suas transformações. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002; THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400–1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MEILLAS-SOUX, Claude. Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1995; THORNTON, John. The Kingdom of Kongo civil war and transition, 1641–1718. Madison, Wis., University of Wisconsin Press, 1983; STELLWELL, Sean. Slavery and slaving in African History. Cambridge University Press, 2014; Gareth Austin, “Slavery in Africa”. In: David Eltis, Stanley Engerman, Seymour Drescher, and David Richardson (eds.). The Cambridge World History of Slavery; Cambridge University Press, 2017, vol. 4, pp. 174–206; CANDIDO, Mariana. An african slaving port and the Atlantic world: Benguela and its hinterland. New York: Cambridge University Press, 2013; MACGAFFEY, Wyatt MacGaffey. “Indigenous Slavery and the Atlantic Trade: Kongo Texts. In: Stephanie Beswick and Jay Spaulding (Orgs), African Systems of Slavery. Trenton: Africa World Press, 2010. Disponível em <https://medium.com/@professoraldairrodrigues/fake-history-revisionismo-conservador-e-ataques-ao-professor-de-hist%C3%B3ria-2278f7dbd8e2> Acesso em 25 de set. de 2020.

tam representações que hoje estão incorporadas no senso comum, integrando discursos, políticas e práticas. Urge tratarmos desta História sobrecarregada em sala de aula, pois há muito se sabe que a escola não mais se configura como o espaço por excelência de construção do conhecimento, mas ainda possibilidade de nos contrapormos às tais ideias não-científicas.

## 1. Revisionismos: progressistas *versus* conservadores

É certo que a escola não pode mais ser vista como único espaço de formação se esferas mais atraentes e persuasivas concorrem com ela. A História é ensinada na escola, na academia, no museu, no teatro, mas também pelas mídias, propagandas, e atualmente, na *web*, e assim, todos estas instâncias acabam sendo produtoras da História Pública (WANDERLEY, 2016, p. 208). Se a História é ensinada na *web*, é adequado dizer que pedagogias informais se encontram na rede, formando um amálgama de concepções e crenças. Sefundo Zahavi (ZAHAVI, 2011), a História Pública é uma arena em que desdobram narrativas em disputa, as vezes violentas e entendo que na *web* tais disputas entre ideias históricas são ainda mais acirradas, muitas vezes sem o disfarce da boa Educação. Para Santhiago, “Com o aguçamento de demandas sociais por História e memória, a disseminação de recursos tecnológicos e, por fim, a popularização da internet”, o chamado “espírito público da História” se molda “pouco ou nada dependendo da instituição de um campo formalizado de debates” (SHANTIAGO, 2016, p. 24).

O *Facebook* e o *blog* se caracterizam como fontes movediças e dinâmicas, como textos eletrônicos, são abertos, maleáveis e permitem, especialmente o primeiro, uma ordem de ações como comentar, curtir, a memorização de trajetos para não se perder na significação do texto-primeiro, a escrita parecida com o falado, o uso de logogramas e abreviações, a constante execução de ações de selecionar, religar, sintetizar, comentar, triar, associar, e terminam exigindo e produzindo novas

habilidades de escrita e leitura, novas categorias intelectuais (CHARTIER, 2002, p. 23).

Desde 2004, o ano oficial de sua criação, o *Facebook* vem crescendo bastante<sup>8</sup>, mesmo que hoje já tenhamos outras redes sociais que vem cooptando a preferência do usuário. PISANI e PIONET (2010, p. 34) diziam sobre o *Facebook*: “no início uma simples galeria eletrônica de fotos para estudantes universitários, expandiu-se grandemente por volta de 2006 e conheceu um grande sucesso”. Os autores argumentam que embora tenha começado com a maioria jovem, um ano depois tornou-se “um dos sites mais utilizados no mundo, não somente graças aos jovens que o usam, mas também graças à reunião de todos os outros que ali encontram um interesse real” (2010, p.44). Porém, o *Face* que ora estudo, em seu título traz uma indicação, mas não uma certeza, de direcionamento aos estudantes, na medida da denúncia de os professores de História serem equivocados.

No caso do *blog*, este em questão permite comentários, apresentava atualização a partir de acréscimos de artigos, postagens ou publicações, combinava texto, imagens e hiperligações para outros *blogs*, páginas da *web* e mídias relacionadas ao seu tema. Contém a “revelação” dos supostos conteúdos históricos de esquerda ensinados pelos professores de História, da mesma forma que a página do *Facebook*. Porém, nesta, é mais comum voltar-se para o *hanging out* (saindo) que quer dizer compartilhar nada significativo, frases de autoajuda, memes, músicas, etc., ou seja, postar algo no “calor da hora”, sem reflexões e sem esperar resultados e no *blog* as opiniões são mais pensadas, não recebem resposta do leitor (*posts*) de forma imediata como na dinâmica do *Facebook* e são registradas de forma mais organizada dando a impressão de permanência.

---

8 Se em 2010 esta rede social já avançava de forma avassaladora sobre o mundo, em janeiro de 2020, tínhamos 2.224.726.721 perfis cadastrados no mundo todo e só na América do Sul, 266.583.100 inscritos em 31 de julho de 2020. No Brasil, 139.900.000 pessoas eram inscritas no *Facebook* em junho de 2020, correspondendo na América do Sul a 48,7% de todos os usuários.

Pela própria natureza de destas fontes, o estudo realizado tem cunho netnográfico: “uma forma de etnografia adaptada às contingências dos mundos sociais de hoje mediados por computadores” (KOZINETS, 2014, p. 10). A netnografia, também chamada de etnografia digital é utilizada para a compreensão de alguns fenômenos relacionados à cultura *online* em si, por isso o estudo é realizado em dados já existentes no mundo virtual. Analiso o *blog* e a página “Meu professor de História mentiu pra mim” com a mesma metodologia, destacando o discurso-síntese, reunindo “conteúdos e argumentos que conformam opiniões semelhantes” (LEFEBRE, 2012, p. 17. Seguindo esta metodologia, apanho as representações recorrentes nestes espaços, em quatro postagens no *blog* e duas no *Facebook*, como se fosse um discurso único (LEFEBRE, 2012, p. 19).

O teor destes materiais, coadunam com um tipo de revisionismo histórico. Como ciência em constante construção, o conhecimento histórico demanda revisão de fontes, de abordagens e de problematizações, com o olhar para temas históricos a partir de diferentes pontos de vista (multiperspectividade), diferentes posicionamentos em ciência (controvérsia) e diferentes interesses/problemas do presente (pluralismo) (MONTESINOS, 2007, p. 52; TRAVERSO, 2007, p. 97; VON BORRIES, 2018), assim a palavra “revisionismo” se coaduna com a natureza da ciência histórica. A palavra “Revisionismo” deriva da revisão do Caso Dreyfus ocorrido na França no final do século XIX, em torno da acusação de traição feita ao capitão Alfred Dreyfus (VIDAL-NAQUET, 1994). Desta forma, revisionismo vem inicialmente em uma reparação jurídico-histórica<sup>9</sup>.

O revisionismo historiográfico ocorre já no início do século passado em relação à vertente marxista quando alguns autores foram chamados de “traidores” (do marxismo, da esquerda) no interior do

---

9 Dreyfus era membro de uma família de industriais judeus-alemães, de origem burguesa, em uma hierarquia do Exército onde predominava a elite aristocrática. Dreyfus foi acusado de passar documentos militares secretos ao exército alemão, mas na verdade – e depois se comprovou – por meio de documentos forjados pelos franceses. Foi destituído da sua patente e enviado para a Ilha do Diabo, a prisão militar francesa na Guiana, onde viveu vários anos até à reabertura do processo fomentado por vários intelectuais.

movimento socialista, como ocorreu com Bernstein (TRAVERSO, 2007, p. 94; MELO, 2014, p. 19). Este modo de compreensão permanece na atualidade, pois ainda se questiona pensadores críticos, mas que supostamente não se movimentam pelas premissas marxistas por substituírem o ideal de uma “revolução” para o de “democracia”. É essa a análise de Hobsbawm em relação à Hannah Arendt, por exemplo: “Haverá autores, sem dúvida, que acharão a obra de Hannah Arendt interessante e proveitosa, mas é improvável que entre eles se incluam os estudiosos das revoluções, sejam eles historiadores ou sociólogos” (HOBSBAWM, 1985, p. (202). Neste momento, a fronteira entre um revisionista conservador e um progressista é tênue, mas no decurso do tempo se tornará mais evidenciada, apartando gradualmente a História-ciência de ideias não-científicas.

Na década de 70-80 do século passado o termo “revisionismo” passa a se referir “a uma operação de revisão, de reinterpretação de processos históricos cujas narrativas e explicações até então eram consensuais” como as narrativas oficiais, ou seja, emanadas do Estado ou mesmo de interpretações especializadas consagradas/tradicionais (MELO, 2014, p. 19). Este revisionismo ainda visa denunciar a História burguesa, que marginaliza trabalhadores, mulheres, negros e indígenas e enfatiza sujeitos compreendidos como ilustres, em especial, homens, brancos, cristãos e héteros.

O revisionismo considerado por alguns autores como conservador se apresentava também na década de 70-80 em Furet, por exemplo, quando retomou a Revolução Francesa como uma “derrapagem”, ou seja, para este, “o processo histórico francês deveria se dirigir, inevitavelmente, para a democracia e o capitalismo”, se o período jacobino não tivesse “atrapalhado este curso” (MELO, 2014, p. 21). Ainda: para Furet, conforme Melo, qualquer “movimento popular com propostas de transformação radical igualitarismo social irá necessariamente se transformar numa experiência totalitária” (MELO, 2014, p. 28).

É uma premissa da revisão histórica a ideia da existência de uma História consagrada, repleta de equívocos e problemas que precisam

ser desconstruídos. Porém, no revisionismo conservador, argumenta Traverso, se procura deslegitimar os paradigmas estabelecidos pelos historiadores (2007, p. 95) passando a trabalhar com a retórica moralista, ou mesmo apologética – denominação de Habermas (1989) –, ao invés de partir de dados empíricos, evidências, acúmulo de pesquisas sobre o assunto e discussões conceituais. Estes revisionismos aos poucos se apartam da metodologia específica da História em seus escritos, ou a mimetizam procurando, por exemplo, reabilitar personagens e fatos até então vistos com desconfiança, como De Felice, ao edificar Mussolini e defender as raízes fascistas da esquerda, ou Nolte, ao justificar/normalizar os crimes nazistas contra a humanidade (MONTESINOS, 2007, p. 53). Somando-se ainda a esta lista, a heroicização de Franco realizada por Pío Moa e de Salazar por Rui Ramos (MELO, 2014).

O revisionismo não-científico se volta para temáticas polêmicas, controversas, o que nos estudos sobre ensino e aprendizagem histórica assume como referencial de questionamento os textos de Bodo Von Borries (2011) que os considera “história sobrecarregada” (*Burdening History*). São temas “difíceis” acomodados no Brasil conforme nosso contexto e trato aqui, da escravidão e do racismo como desdobramento da escravidão.

A História se torna “difícil” quando é um fardo para carregar, quando envolve, consoante Von Borries, Histórias hostis entre grupos, a prevalência da História dos vencedores e descarte de Histórias hostis para sobrevivência de um grupo. Nestes níveis de História sobrecarregada, a culpa, a vergonha, o ressentimento e o luto são constantes, e mesmo negligenciado ou silenciado, este tipo de História cobra das gerações do presente, ainda que estas não tenham a vivenciado (VON BORRIES, 2011, p. 165-166). Para este autor, as pessoas do presente devem se responsabilizar pelo fardo da História (VON BORRIES, 2011, p. 167). Ideia retomada de Jaspers ao escrever em 1945 enfatizando a corresponsabilidade dos alemães em relação a toda incorreção, injustiça e crimes perpetrados pelo Estado Nazista, mesmo se com ele não compactuassem (JASPERS, 2018, p. 24-25).

Na História Pública, nas múltiplas relações e interações empreendidas pelo sujeito em sua experiência no cotidiano, ocorre o que o alemão Rüsen denomina de “formação histórica”, ou seja, para além dos espaços formais, aprendemos História, mas não, necessariamente a História racionalizada. Existe também a “formação compensatória”: “... quando, acriticamente, de fora da produção científica do saber ou contra ela, deixa-a ao sabor de suas próprias regras, separa racionalidade intrínseca ao saber científico as carências de orientação, voltadas ao todo, à relação à vida e à subjetividade, enfim, satisfaz essas carências com meios não-científicos (RÜSEN, 2007, p. 96). Na vertente francesa da Didática da História, pondera Tutiaux-Guillon: “o senso comum e senso científico (histórico) são mais intrincados do que separados, e o limite entre eles é poroso” (TUTIAUX-GUILLON, 2011, p. 28). Considero o *blog* e o *Face* dos quais me proponho a analisar como distanciados da História especializada e antagônicos à produção científica, porém, não existem ideias fora do lugar, pois a mensagem nuclear repassada por estes dois dispositivos virtuais, correspondem às respostas que encontraram para dar conta de suas carências de orientação frente à realidade em mudança. Sempre é bom lembrar que inexistem justificativas de ideias, crenças, sistema de valores, atitudes não pautadas no significado atribuídos pelos sujeitos à vida prática (RÜSEN, 2001, p. 31).

Acredito serem as ideias divulgadas pelo *blog* e pelo *Face* resultantes do momento em que se acirra a polaridade política estabelecida nos últimos anos do governo de Dilma Rousseff (PT). Poderíamos datar o período marcando o pós-jornadas de junho de 2013, mas que desde 2011 vem acontecendo a nível mundial, ou seja, no período das postagens analisadas. Em março de 2015, em diversas cidades brasileiras, grupos sociais foram às ruas protestar contra o governo brasileiro, sendo que o movimento surgiu nas redes sociais e ganhou força tendo como uma de suas principais “bandeiras” o pedido de *impeachment* da presidenta e o fim da corrupção. Neste intervalo de tempo, de 2013 a 2016, os debates se potencializaram nas mídias em geral, em especial, nas redes sociais.

Sobre o título “Meu professor de História mentiu pra mim”, a forma pejorativa sobre como é visto o professor de História, constante em diversos materiais midiáticos são decorrentes de duas premissas interdependentes: 1) premissa neoliberal: o professor/funcionário público, principalmente da área de Ciências Humanas (área considerada sem “utilidade”), entendido como ônus para o Estado, que se quer “mínimo” no investimento das políticas públicas, mas incisivo nos dispositivos de intervenção político-cultural (LAVAL, 2019) e 2) premissa neoconservadora: o professor de História seria sempre “de esquerda”, portanto, ensinaria uma História considerada “ideológica”, pois se distancia do ensino do passado mítico – glorioso, harmonioso – então requerido pelos conservadores, pautado nos grandes heróis, datas cívicas e acontecimentos importantes para a Pátria (STANLEY, 2019).

Segundo a perspectiva registrada no *Facebook* e no *blog*, o professor de História é marxista, esquerdista e está à serviço do MEC, ou “méqui” (termo utilizado para depreciação do MEC). Da mesma forma, para vários outros materiais midiáticos – e lembrando que no *blog* as publicações vão até 2015, ou seja, antes do golpe de 2016 – todas as políticas para Educação empreendidas pelo MEC seriam “ideológicas”: ENEM, PNLD, ENADE etc. Vai se construindo um estereótipo em relação ao professor de História desprezando-se professores ou intelectuais nas suas identidades plurais. Também se generaliza as políticas públicas para Educação, imputando o pensamento de esquerda em todos os materiais e dispositivos provindos destas políticas postas pelo governo do PT.

No *blog*, existe uma seção (*link*) trazendo a imagem de Paulo Freire com o título “Tudo que seu professorzinho do méqui não lhe contou sobre...”, visto como intelectual da esquerda. O objetivo seria de, nesta seção: “lançar luz sobre questões essenciais que são deturpadas pelos professores marxistas. Cada tópico reunirá os principais pontos sobre determinado tema, com o objetivo de criar textos que possam ser usados como referências básicas em debates” (*Blog*, 04 de jun. de 2013).

Não é objetivo do *blog* e da página do *Facebook*, evidentemente, publicar artigos acadêmicos e/ou especializados, mas estes se autopro-

clamam como portadores da verdade histórica: “Por ter sofrido lavagem cerebral desde a mais tenra idade, o brasileiro médio toma o falso como verdadeiro e ri com desdém diante de quem proclama a verdade, a qual ele ignora completamente” (*Blog*, 21 de set, de 2013). Os historiadores e professores de História sempre “deturpam” – palavra bastante repetida nestes espaços – a verdade: “Esse tipo de deturpação é muito comum quando os historiadores não são movidos por entender o que de fato aconteceu, mas sim por criar uma representação do que aconteceu de modo que esta seja capaz de endossar uma ideologia” (*Blog*, 21 de set. de 2013).

São desvalorizados os profissionais da História, professores de todos os níveis de ensino e historiadores. Assim, se a pessoa tiver acesso a uma boa historiografia, “com acuidade histórica e livre de ideologia” e mesmo buscando fontes primárias, saberá muito mais que “os ‘historiadores’ que apenas recorrem a falácias de pensamento, facilmente desmontáveis por qualquer um que tenha mais de um neurônio funcionando...” (*Blog*, 21 de set. de 2013).

Os professores de História e quem acredita nos professores de História são passíveis de ofensas/ridicularização. É comum a estratégia de derrisão, não apenas em materiais midiáticos-virtuais, mas em uma gama de livros, artigos em jornais e revistas que se prestam a denunciar uma História considerada esquerdista. Olavo de Carvalho, por exemplo lida com esta estratégia, inclusive fazendo o prefácio do livro de Schopenhauer, intitulado “38 Estratégias para Vencer Qualquer Debate. A arte de ter razão”<sup>10</sup>, onde se desenvolve a premissa da dialética erística, em síntese, o uso de recursos retóricos para vencer um debate, mesmo sem ter razão. Deste modo, existe um sem nú(mero de palavras ofensivas dirigidas aos esquerdistas ou então comentários irônicos e sarcásticos: “...a súcia de apedeutas, sequelados e retardados em geral fez coro em gargalhada histriônica. Como os idiotas úteis jamais se deram ao trabalho de abrir um livro de verdade...” (*Blog*, 21 de set. de 2013).

---

10 SCHOPENHAUER, Arthur. 38 Estratégias para vencer qualquer debate: A arte de ter razão. 2 ed., Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2009 (Com prefácio de Olavo de Carvalho).

No jogo discursivo de se desqualificar ou mesmo ridicularizar o Outro, imputa-se ao esquerdista o uso da erística:

O “pensamento” esquerdista é baseado em mentiras e/ou deturpações dos fatos. E isso é muito fácil de comprovar. Mas, no calor de um debate, alguém pode ser iludido pela prestidigitação esquerdista, cuja força reside em ser mais rápido do que o raciocínio do opositor. Quando se conhece previamente as trapaças argumentativas, torna-se imune a elas. Assim, a partir dessa postagem, vou fazer um trabalho de listar os principais truques que a mente esquerdista usa para justificar o injustificável. A medida que os expedientes forem sendo usados na página, explico-os aqui (*Blog*, 21 de nov. de 2013).

O *blog* e o *Face* provocam diversas “respostas” dos internautas, geralmente, de concordância com suas afirmações, com os mesmos argumentos: professores de História são de esquerda, marxistas, comunistas e por isso mesmo não contam a verdadeira História, são “desonestos”, fazem “lavagem cerebral”, devem ser criticados, suas Histórias mentirosas devem ser desconstruídas: “Venho trazer elogios ao seu blog. Continue firme na verdade que a partir do momento que você incomoda os sabichões do sistema ideológico evidencia que a razão está a seu favor” (Comentário, 21 de nov. de 2013); “tem como transformar esse texto numa cerveja bem gelada? pois acho que é o único jeito de colocar isso pra dentro de certas pessoas !! excelente texto ! parabéns” (Comentário, 24 de nov. de 2013) e “Acho que é a quinta vez que leio esse texto. Não enjoiei ainda (Comentário, 24 de nov. de 2013). Estes dois últimos comentários corroboram a crítica ao dia da consciência negra com o extenso texto “Tudo que seu professorzinho do méqui não lhe ensinou sobre... negritude, escravidão e racismo” (*Blog*, 24 de nov. de 2013).

## 2. Revisionismo conservador não-científico: escravidão e racismo

Aos comentários negativos em relação às suas postagens no *Facebook* ou no *blog*, o administrador revida sempre:

em comum a todos os que se indignaram e blasfemaram contra a postagem, há a baixíssima capacidade intelectual dos autores dos comentários (isso não é uma opinião minha, a baixa capacidade intelectual está EXPRESSA nas formulações e nos conteúdos dos comentários), uma vez que essas pessoas se dão ao luxo de escrever e publicar verdadeiros atestados de burrice sem nem mesmo ser capazes de se dar conta do que estão fazendo (*Blog*, 21 de nov. de 2013)

Neste texto, “O racismo dos defensores dos direitos dos negros”, há a imagem da propaganda da grife italiana de roupas *Benetton* de 1991, onde se pode visualizar duas crianças, se abraçando, sendo a criança branca retratada como um anjinho e a criança negra como um diabinho. Esta campanha foi realizada por Oliviero Toscani, o mais polêmico fotógrafo de moda, mas no *blog* a imagem é disposta como confirmação da amizade entre brancos e negros.

Além de ter respostas positivas, alguns usuários questionam as ideias do *blog* com uma argumentação mais voltada à História.

E os escravos eram escravos, ponto. Não eram imigrantes com dificuldades de adaptação devido à língua e por isso discriminados. Eram discriminados porque eram escravos (ou mouros como os portugueses diziam). Não eram discriminados por virem de sociedades tecnologicamente inferiores à brasileira (até porque não existia tal coisa) mas sim porque era escravos. Podiam vir de uma sociedade islâmica técnica e cientificamente superior à portuguesa que não deixariam de ser escravos e portanto mercadoria (Comentário, 24 de nov. de 2013).

Este comentário já nos mostra o motivo da contraposição ao *blog* no artigo “Tudo que seu professorzinho do méqui não lhe ensinou sobre... negritude, escravidão e racismo” (*Blog*, 24 de nov. de 2013): a escravidão no Brasil é justificada, amenizada, negligenciada como sistema econômico. A imagem que o *blog* neste artigo estampa é do premiado ator, produtor, narrador e diretor de cinema estadunidense Morgan Freeman, conhecido por *memes*<sup>11</sup> em que dispara que não existe consciência negra, mas consciência humana. De certa forma, Freeman descharacteriza os movimentos negros em uma sociedade onde prevalece ainda o racismo estrutural e que por isso mesmo, carece de uma luta – daí sim – de todas as etnias para um mundo antirracista (*Blog*, 24 de nov. de 2013).

Para o *blog* o discurso sobre escravidão e racismo “construído pela mídia impressa, pelas novelas da rede Globo, pelas instituições ditas ‘de ensino’, todas elas instâncias dominadas por esquerdistas” usariam argumentos “que não fazem absolutamente nenhum sentido, mas são criados apenas para colocar seus receptores em um estado emocional específico” (*Blog*, 24 de nov. de 2013). Existira um apelo ao sentimentalismo para convencer as pessoas sobre a crueldade do escravismo, bem como uma fabricação do racismo: “essa divisão racial que a extrema-esquerda quer impor no Brasil, além de criminosa, é completamente DESCABIDA” (Facebook, 20 de nov. de 2014). Também Olavo de Carvalho considera a produção acadêmica uma “vigarice” por inventarem e instigarem o racismo, criando “nos negros e mulatos um ódio retroativo não só aos senhores de escravos, mas aos descendentes de escravos, mas aos brancos em geral, inclusive aos que lutaram pela libertação dos escravos (...)” (CARVALHO, 2013, p. 299).

Pretende-se assim, nesta perspectiva, desmitificar que “os negros foram vítimas da escravidão”, em um esforço em responder ao chamado “politicamente correto”, desmontando-o no seu maniqueísmo e/

---

11 Na internet, a “meme” é o termo para se referir a qualquer informação que viralize, sendo copiada ou imitada na rede. Geralmente esses memes são imagens, vídeos ou gifs, com escrita ou não, de conteúdo engraçado, e que se espalhando na internet por meio das redes sociais ou fóruns.

ou vitimização do negro, para isso recorrendo ao passado. Para o *blog*, este discurso é tão repetido para vitimizar o negro aprisionando mentes em uma “realidade paralela” na qual “negros são vítimas dos brancos, porque o fato de alguém ter a pele negra o torna, automaticamente, inocente e bom, ao passo que possuir a pele branca é motivo para tornar alguém pervertido e mau” (*Blog*, 24 de nov. de 2013).

Não haveria por que vitimar o negro ou o escravizado, pois:

anterior ao século XV. Durante milênios de registros históricos há várias ocorrências de nações inteiras que foram escravizadas e A GRANDE MAIORIA DELAS ERA COMPOSTA POR PESSOAS DE PELE BRANCA. Judeus brancos foram escravizados por egípcios, “ucranianos” bárbaros foram escravizados por romanos, gregos e persas escravizaram vários povos e todos eles eram compostos de indivíduos de pele BRANCA (*Blog*, 24 de nov. de 2013).

Assim, na montagem deste discurso, dois dispositivos interdependentes são empregados, o primeiro, a falácia da “ponta do *iceberg*”: usar uma verdade parcial (de que houve escravidão branca ou de que havia escravidão entre os povos africanos), sem considerar o que ela su-bentende como base (existem vários tipos de escravidão na História e a escravidão ocorrida no Brasil é diferente daquela do território africano):

a maioria dos negros que foram tornados escravos foi escravizada por OUTROS NEGROS, trabalha para estabelecer um consenso social no qual a consequência lógica de que, SE “os negros” foram “vítimas”, ENTÃO “os brancos” foram os “algozes”. Ninguém nunca vai ouvir o movimento negro ou a mídia dizer “ALGUNS negros foram vítimas da escravidão, mas OUTROS TANTOS lucraram com ela” (*Blog*, 24 de nov. de 2013).

Ao longo da História, negros foram escravizados por brancos, brancos foram escravizados por brancos, negros foram escravizados por negros e brancos foram escravizados por negros. Mas parece que somente uma dessas quatro ocorrências desperta a ira do politicamente correto. Os

negros que estão inconformados com o fato de seus ancestrais terem sido escravizados, que vão cobrar a dívida na ÁFRICA, onde estão os descendentes de quem os escravizou. O branco nunca entrou na África para fazer escravos, apenas comprou negros das mãos de quem os escravizava, ou seja, OUTROS NEGROS (*Facebook*, 26 de nov. de 2014).

Alguns materiais revisionistas conservadores, como por exemplo no “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” e no “Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo” escritos pelo jornalista Leandro Narloch vão no mesmo direcionamento. Para Narloch, o problema da África não estaria atrelado ao imperialismo europeu, nem no passado e nem no presente, já que os europeus ajudaram este continente a progredir (NARLOCH, 2013, p. 279). Quem teria destruído a África seriam os próprios africanos, com suas guerras e disputas de poder, mesmo antes dos europeus aparecerem (NARLOCH, 2013, 287). Narloch utiliza para atrair o leitor, efeitos próprios da área de jornalismo, mimetizando o trabalho do historiador, ou seja, usando referências bibliográficas da História e algumas fontes históricas, contudo, buscando confirmar ideias históricas prévias, enquanto Olavo de Carvalho já usa a erística, em uma disposição textual que ridiculariza, combate e busca tornar óbvia a sua verdade.

Lidando com a argumentação do *blog* e do *Facebook*, foi possível entrever que Olavo de Carvalho é a maior inspiração, principalmente em relação à forte ridicularização dos opositores. Para este autor, as dissertações e teses em História “fartamente subsidiárias pelo governo e por fundação internacionais bilionárias” tentam passar sua “doutrinação adorável” mostrando: “os europeus sempre como escravizadores e os negros como escravizados, omitindo sistematicamente o fato de que as tropas muçulmanas, repletas de negros, invadiram a Europa e aí escravizaram milhões de brancos desde oito séculos antes da chegada dos europeus à África” (CARVALHO, 2013, p. 300).

Daí a ponta do *iceberg*, uma verdade parcial, de que muçulmanos escravizaram europeus, sendo que a base do *iceberg*, uma contextualização histórica mais elaborada é desconsiderada. Esta técnica é interre-

lacionada com um segundo dispositivo de argumentação denominado *Whataboutism* ou *Whataboutery*, qual seja, comparar dados ou fatos díspares como se fossem análogos: “Documentos históricos descobertos nos últimos anos mostram que 30% dos negros que de uma forma ou de outra conseguiram a própria liberdade tinham escravos. Estes são os fatos. O choro é livre” (*Facebook*, 20 de nov. de 2014). “Muito menos [vai se ouvir dizer] se houve negros que foram escravizados, quão maior não foi o número de brancos que foram IGUALMENTE escravizados” (*Blog*, 24 de nov. de 2013). Esta técnica também implica em descobrir o pior ou menos ruim na História. Diz Narloch: “houve segregações e perseguições ainda mais perversas” causadas pelos próprios africanos em relação à judeus africanos, muçulmanos, árabes, indianos, camponeses negros, brancos (NARLOCH, 2013, p. 286). Interessante ver que se fosse o caso de comparar estatisticamente, quantos senhores de engenho tínhamos no Brasil frente aproximadamente cinco milhões de negros trazidos de vários lugares da África? E se fosse para comparar fenômenos incomparáveis, qual lucratividade esse comércio baseado no tráfico negreiro trouxe à América Portuguesa em relação ao que obtiveram os líderes do continente africano?<sup>12</sup>

Na historiografia especializada são outras as concepções que alicerçam as diferenças entre escravidão no Brasil e na África. No século XV quando se iniciou a escravização comercial com o lucrativo tráfico negreiro, os africanos já apresentavam a complexidade envolvendo diversas sociedades e suas Histórias, e também, não se conheciam como africanos, pois se identificavam por meio de outros estruturantes: família, clã, tribo, etnia, língua, religião. Em cada comunidade se desenvolvia um tipo de escravidão: de indivíduos que ameaçassem a harmonia ou rompessem com a lealdade ao seu grupo de parentesco podiam ser expulsos e, então, escravizados por outras comunidades; aprisionamento de “estrangeiros”, em guerras, sequestros ou compra; punições devido

---

12 Esta ideia do “mal menor ou maior”, já fez com que Narloch deendesse a necessidade das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki para deter o Japão (NARLOCH, 2011, p. 313).

ao que era considerado crime, como adultério, feitiçaria, assassinato e não pagamento de dívidas (MATTOS, GRINBERG, 2018, p. 216).

O objetivo destes materiais revisionistas seria de naturalizar a exploração, a escravidão: “(...) os grupos compostos de indivíduos cujas epidermes sejam coloridas por melanina podem agir ‘conforme é natural’, mas os grupos cujos indivíduos padecem da mutação genética que lhes atribui pouca melanina NÃO possuem o mesmo direito” (*Blog*, 21 de nov. de 2013) e “A própria História da humanidade seria a História de grupos humanos lutando para dominar ou se libertar do domínio de outros grupos” e ainda:

Se nos livrarmos da mentalidade moderna e olharmos para a História entendendo as vicissitudes que assombravam os homens de épocas anteriores, poderemos compreender que, em um mundo primitivo, sem as instâncias sociais das quais gozamos hoje (e sem o desenvolvimentismo da política internacionalista moderna), o ato de escravizar chegava a ser uma necessidade de sobrevivência de cada grupo. Uma vez que se o grupo não fosse capaz de impor sua estrutura de poder ao grupo com que ele se relacionava, com certeza sofreria a imposição da estrutura de poder dele (*Blog*, 24 de nov. de 2013)

O racismo também é justificado, naturalizado e banalizado:

Discriminação é a ação de diferenciar. A discriminação nasce da capacidade que o ser humano tem de fazer ESCOLHAS. Uma pessoa que, na hora do almoço, opte por não se servir de churrasco, mas coloque no prato um pedaço de tofu praticou a DISCRIMINAÇÃO contra o churrasco. Discriminar não é uma atitude imoral, pelo contrário, é uma atitude inerente ao ser humano (*Blog*, 24 de nov. de 2013)

Afinal, “é humanamente impossível nos relacionar com TODAS as pessoas do planeta, então nós escolhemos algumas pessoas com as quais nos relacionaremos (as que ficaram de fora dessa escolha foram discriminadas) e mesmo dentro desse grupo, nossa atenção é repartida

de forma desigual” (*Blog*, 24 de nov. de 2013). Mesmo o preconceito é inerente aos seres humanos: “Alguém que nunca tenha experimentado comer peixe cru pode ter uma reação de ojeriza ao mero pensamento de fazê-lo, sem nem mesmo ser capaz de imaginar o gosto que tem a iguaria e, portanto, sem de fato saber se esse gosto agrada ou não ao seu paladar” (*Blog*, 24 de nov. de 2013). Estas analogias com comidas diferentes são bem sugestivas, pois o ser humano, escravizado e/ou negro é coisificado.

Outro movimento se faz na justificativa da escravidão: o papel do europeu cristão na abolição. Como “o cristianismo estabeleceu uma espécie de ‘cimento cultural’ que, de certa forma, pacificou a Europa”, passou a não fazer mais sentido “que um cidadão de uma cultura cristã escravizasse o cidadão de outra cultura igualmente cristã” (*Blog*, 24 de nov. de 2013). Ao invés de responsabilizar a civilização branca, europeia e cristã de ter escravizado negros, deveria se atentar para o fato de que foi esta civilização que promoveu a libertação dos escravos. Nem tudo seria culpa da civilização judaico-cristã – considera Carvalho (2013, p. 300) –, que foi “justamente a única que, ao longo de toda História humana, fez alguma coisa em favor das raças escravizadas”. No *Facebook*, esta ideia é mais contundente: “CONSCIÊNCIA NÃO TEM COR. Esta PALHAÇADA de Dia da Consciência Negra é apenas mais um golpe para retirar o peso do verdadeiro dia em que os negros receberam sua liberdade, 13 DE MAIO, assinada pela Princesa Isabel, cristã, branca, eurodescendente, de olhos azuis” (*Facebook*, 20 de nov. de 2014) E mais:

Ainda hoje na África há muita ocorrência de escravidão, isso porque a ideia de que todos os seres humanos nascem livres surgiu dentro da cultura do homem BRANCO, cristão. Se hoje não há escravos negros, NÃO foi graças a figuras como Zumbi dos Palmares, que são comumente incensadas por pessoas de pouco estudo. Estes ícones do movimento negro nunca lutaram pelo fim da escravidão, lutaram apenas pela própria liberdade para que, na qualidade de homens livres, pudessem escravizar o maior número possível de “irmãos negros”, tal qual era o costu-

me em sua terra natal, a África, e ainda hoje seria, caso o homem BRANCO não tivesse inventado o abolicionismo e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (*Facebook*, 20 de nov. de 2014).

Como se pode ver, a princesa Isabel é reconsiderada como heroína da abolição, enquanto é realizado o oposto com Zumbi, algo próprio desta operação revisionista. A ideia de que Zumbi teve escravos (NARLOCH, 2011, p. 83) para relativizar seu papel é recorrente.

Este suposto “revisionismo histórico” sobre temas como tráfico, escravidão branca e negra, implicação das elites africanas no comércio transatlântico, procuram esmaecer o racismo estrutural que vivenciamos, pois os brancos teriam sido também escravizados e, por sua vez, o negro também fora escravizador e subjugador. Quanto às Histórias “sobrecarregadas”, como esta se configura como fardo, ou se empreende uma operação historiográfica no sentido da reconciliação com ela ou se procura negá-la, relativizá-la, deturpá-la (VON BORRIES, 2011).

Embutida nesta amortização da escravidão no Brasil, encontra-se a premissa de que: não há razões de reparação histórica ou responsabilidade histórica, e sobretudo, não existiria racismo. As políticas de Ações Afirmativas, as chamadas “cotas” como reparação histórica e de acesso às oportunidades para povos historicamente subalternizados, são questionadas em outros escritos de Narloch e Carvalho, assim como pelo *blog* e pelo *Facebook* “Meu professor de História mentiu pra mim”, na medida em que criticam o Estado de Bem-Estar Social em prol de um Estado Mínimo, que não intervém nem na economia e nem nas questões sociais:

Esse é o raciocínio que quer justificar a política de cotas. Se um jovem é pobre e branco, ele pode estudar e concorrer em pé de igualdade com os ricos, desde que se esforce um pouco mais. Mas se um jovem é negro, ele não pode dispor de capacidade própria para concorrer de igual para igual com outros seres humanos! Afinal, ele é... negro (*Blog*, 21 de nov. de 2013).

Não se deveria, segundo o *blog*, tomar a ideia de que o branco é o algoz: “o coletivo ‘homem branco’ não pode ser nem ‘bonzinho’ nem ‘mauzinho’, exatamente porque é composto de uma infinidade de INDIVÍDUOS, entre os quais alguns são bons e outros são maus” (Blog, 24 de nov. de 2013), o mesmo alega Olavo de Carvalho: “todo branco é culpado pelos atos dos senhores de escravos, mesmo quando não tenha um só deles entre os seus antepassados e mesmo que tenha chegado ao Brasil como imigrante, décadas depois do fim da escravidão” (CARVALHO, 2013, p. 300).

A aproximação com o olavismo ocorre em outros aspectos. A crítica ao “coletivismo” negro, ou seja, em relação às pautas históricas dos movimentos negros em torno da discriminação, injustiça e desigualdade. Por isso acima há uma ironia na expressão “coletivo homem branco”. A ideia de marxismo cultural, uma teoria da conspiração difundida nos círculos conservadores e da extrema-direita estadunidense desde a década de 1990. O pressuposto da infiltração de intelectuais orgânicos nas instituições (principalmente nas universidades) e na mídia, com o objetivo final de destruir valores tradicionais através do estabelecimento de uma sociedade global, igualitária e multicultural: “não há nenhuma relação de continuidade entre a fibra moral de um indivíduo e a cor de sua pele. Essa relação é apenas uma mera falácia espertamente construída por *intelectuais orgânicos*, para fazer a massa ignorante aceitar a agenda esquerdista” (Blog, 24 de nov. de 2013 – grifo meu).

Para finalizar, em outros textos do *blog* e do *Facebook*, o racismo (aquele que dizem não existir) é explícito. Sobre um vídeo divulgado pelo G1 (25 de nov. de 2014), denunciando a execução em Goiânia de um jovem de 18 anos por outro de 16 anos, ambos negros, se ironiza: “Polícia militar racista-homofóbica-tucana-machista-classista-cristã-capitalista-nazista-fascista-pêessedebista-católica-burguesa-do-zói-azul prende um xófen dimenor que estava apenas dando um rolézinho em sua moto, roubada dignamente... (Facebook, 26 de novembro de 2014). Quando se questiona os Direitos Humanos, se fala do crime do negro, se critica a criminalização do racismo, por vezes, de forma sutil. Uma charge

americana, traduzida, (assinatura não legível) mostra um negro sendo algemado por um policial branco e várias pessoas negras assistindo, dizendo: “Olhem! Eles estão machucando o braço dele”, “Que horror!”, “Que brutalidade!”. Ao fundo, em uma loja, um homem branco morto. Diz o *blog*: A imagem representa com perfeição uma das principais denúncias que são feitas ao esquerdismo: a de que a esquerda, através da ala ‘defensores dos direitos humanos’, se preocupa mais com os meliantes do que com suas vítimas (*Blog*, 24 de ago. de 2013).

## Considerações finais

Aos olhos da História como ciência, estas ideias podem ser consideradas tão despropositadas que não mereceriam qualquer tipo de enfoque. No entanto, há que se reconhecer que espaços como este *blog* e o *Face* apenas expressam ideias presentes não apenas na mídia digital. Aqui tomo determinados escritos de Leandro Narloch e Olavo de Carvalho, a meu ver, representantes de um revisionismo conservador midiático, mas a historiografia não está livre totalmente do revisionismo não científico. As forças que nos condicionam a estruturas racistas estão continuamente operando.

Fechando a narrativa ao taxar o Outro de estar errado por ser supostamente “de esquerda” ou com a defesa da verdade contra a mentira, o *blog* vai possibilitar intencionalidades e ações construídas no preconceito, no estereótipo, na simplificação e naturalização da História das relações sociais e políticas sobrecarregadas. Em sala de aula, provavelmente, nos deparemos com este tipo de ideias históricas, por isso devemos saber das estratégias para contrapô-las. Diante da derrisão, da descontextualização, das comparações de dados e fatos não relacionáveis, da noção de que podemos optar pelo “mal menor” do ocorrido no passado, creio precisarmos ajuizar outros procedimentos, vinculados à construção do conhecimento histórico argumentado/fundamentado, coerente e pertinente eticamente, de modo a produzir a consciência de si, dos outros e do mundo, crian-

do intencionalidades visando o respeito à diversidade, justiça e igualdade, desta forma, viabilizando a cidadania plena.

O ensino de História é uma das esferas possíveis de fomentar a responsabilidade pelo passado pesado, transformando o senso comum em senso crítico (e desconfortável) e torna-se central a temática da escravidão, devido ao acúmulo histórico/estrutural das desigualdades e hierarquias sociais e raciais que a partir dela se desdobraram.

## Referências

- CARVALHO, Olavo de. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2013.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fúlvio M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HABERMAS, J. *Tendências apologéticas*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 25, p. 16-27, 1989.
- HOBBSAWM, E. *Revolucionários*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1985.
- JASPERS, A *questão da culpa. A Alemanha e o nazismo*. São Paulo: Todavia, 2018.
- KOZINETS, Robert V. *Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica online*. Trad. Tatiani Melani Tosi e Raúl Ranauro Javales Júnior. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Bointempo, 2019.
- LEFEBRE Fernando; LEFEBRE, Ana Maria. *Pesquisa e representação social. Um enfoque qualitativo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.
- MATTOS, H. M.; GRINBERG, K. "As relações Brasil – África no Contexto do Atlântico Sul". In: Beluce Belucci (Coord.). Introdução à História da África e da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: UCAM, CEEA: CCBB, 2003; SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018,
- MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Ciberespaço e extremismos políticos no século XXI. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, out./dez. 2013, p. 71-80.
- MELO, Demian Bezerra. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. IN: MELO, Demian Bezerra (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MONTESINOS, Antonio Bernat. Estratégias de revisionismo histórico y pedagogía del odio. *Anario de Pedagogia*, n. 9, 2007, p. 47-102.
- NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2011.

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo*. São Paulo: Leya, 2013.

PISANI, Francis; PIOTET, Dominique. *Como a web transforma o mundo. A alquimia das multi-dões*. Trad. Gian Bruno Grosso. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica. *Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo. A política do “nós” e eles”*. 3 ed., Porto Alegre: L&MP, 2019.

TRAVERSO, Enzo. El pasado. Instrucciones de uso. Historia, memoria, política. Trad. Almudena González de Cuenca. Madrid/Barcelona: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y sociales S. A. 2007.

TUTIAUX-GUILLON, Nicole. O paradoxo francês: cultura histórica significativa e didática da História incerta. *Educação e Realidade*. v.36, n.1, p. 15-37., jan./abr., 2011.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Los asesinos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores. 1994.

VOM BORRIES, Bodo. IN: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo; NECHI, Lucas Pydd. *Jovens e consciência histórica*. Curitiba: W. A. Editores. 2018.

VON BORRIES, Bodo. Coping with Burdening history. In: BJERG, Helle; LENZ, Claudia; Thorstensen, Erik. (Eds.). *Historicizing the uses of the past: Scandinavian Perspectives on History Culture, Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II*. Bielefeld, 2011.

WANDERLEY, Sonia. Narrativas contemporâneas de História e Didática da História escolar. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando História pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). *Introdução à História pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

## Fontes:

*Blog* Meu professor mentiu pra mim. <http://meuprofessordehistoriamentiupramim.blogspot.com/>

*Facebook* Meu professor de História mentiu pra mim <https://www.facebook.com/pages/category/Community/Meu-professor-de-Hist%C3%B3ria-mentiu-pra-mim-453502911416721/>

*Facebook* (original) Meu professor de História mentiu pra mim. Disponível em [https://www.facebook.com/mpdhmpm/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/mpdhmpm/?ref=page_internal)

Índice da série de textos: “Tudo que seu professorzinho do MEC nunca lhe contou sobre” *Blog*, 04 de jun. de 2013: <http://meuprofessordehistoriamentiupramim.blogspot.com/2013/06/indice-da-serie-de-textos-tudo-que-seu.html>.

O racismo dos defensores dos direitos dos negros. Blog 21 de nov. 2013 <http://meuprofessor-dehistoriamentipramim.blogspot.com/2013/11/o-racismo-dos-defensores-dos-direitos.html>

Truque esquerdista 01 - Inversão da denúncia. Blog, 24 de ago. de 2013 <http://meuprofessor-dehistoriamentipramim.blogspot.com/2013/08/truque-esquerdista-01-inversao-da.html>

Tudo que seu professorzinho do méqui não lhe ensinou sobre... negritude, escravidão e racismo *Comentário*, 24 de nov. de 2013: <http://meuprofessordehistoriamentipramim.blogspot.com/2013/11/tudo-que-seu-professorzinho-do-mequi.html>

Tudo que seu professorzinho do méqui nunca lhe contou sobre... a Inquisição. *Blog*, 21 de set. De 2013. <http://meuprofessordehistoriamentipramim.blogspot.com/2013/11/o-racismo-dos-defensores-dos-direitos.html>